

Previdência vai mudar, sim

Governo vai pedir elevação da contribuição de 11%, para 14%. Cota extra segue em estudo

► É praticamente certo que, na próxima sexta-feira, o governo do estado enviará à Assembleia Legislativa do Rio (Alerj) um projeto de lei que aumentará a contribuição previdenciária de todos os servidores estaduais

ativos, e parte dos inativos, de 11% para 14%. Os valores serão repassados ao Rioprevidência. Haverá, também, um aumento da alíquota de repasse patronal: de 22% para 28%, de responsabilidade de cada um dos Poderes

(Executivo, Legislativo e Judiciário).

— Será no mesmo estilo do projeto enviado no início do ano pelo governo. O alíquota dos servidores deverá passar para 14% dos salários. Qualquer porcentagem extra está sendo discutida pelo governador Pezão. Não há definição sobre a questão — disse um participante do governo.

Como o projeto será enviado somente na sexta-feira, a ten-

dência é que seja colocado em pauta entre os dias 16 e 17.

Outro ponto do pacote será o corte de gastos com cargos comissionados. Serão editados ao menos dois decretos, que determinarão a extinção de 30% dos cargos, além do corte de 20% sobre esses vencimentos. Gratificações também serão reduzidas. Resta saber em que percentual.

Ontem, após a aprovação do estado de calamidade pública no

estado, o presidente da Alerj, Jorge Picciani (PMDB), lembrou que a corda no pescoço do governo já punha em fisco os servidores em estágio probatório, em 2017:

— Com a aprovação, o governo fica livre de cumprir o teto de gasto com pessoal, em 2017, estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal. O governo já adotou medidas sobre comissionados. Sem a calamidade, os probatórios seriam os próximos.



Servidores fizeram um protesto do lado de fora da Alerj, durante a sessão



Os deputados discutiram por mais de duas horas a calamidade no Rio

Alerj aprova calamidade e restringe isenções

► Ontem, foi reconhecido o estado de calamidade pública no Rio de Janeiro. Por 40 votos a 14, os deputados da Assembleia Legislativa do Rio (Alerj) aprovaram o projeto, que agora seguirá para a sanção do governador Luiz Fernando Pezão. Diferentemente do desejo do governo, o texto aprovado fixou um prazo de validade da lei (até 31 de dezembro de 2017) e incluiu arti-

gos que tornam prioridade o pagamento de servidores e a destinação de verbas para a Educação, a Saúde e a Segurança Pública. Mas o principal objetivo, na visão do Executivo, foi alcançado.

— A aprovação do projeto é fundamental, tendo em vista a situação do Estado do Rio. Teremos condições de negociar a entrada de recursos. O projeto oferece um

fôlego maior ao governo, mesmo diante das dificuldades atuais — disse o secretário da Casa Civil, Leonardo Espíndola.

Ele foi um dos integrantes do governo que participaram de reunião com diversos deputados. Espíndola reiterou, no encontro, a importância de o Rio poder receber transferências da União, além do aval para negociar empréstimos.

Outro projeto aprovado, ontem, foi a restrição a novas isenções fiscais concedidas pelo governo pelo prazo de dois anos. O projeto, de autoria dos deputados Luiz Paulo (PSDB), Lucinha (PSDB) e Bruno Dauaire (PR), vetou a concessão de novos benefícios por meio de decretos do Executivo. A partir de agora, os pedidos têm que passar pela Alerj.

Judiciário arresta milhões do Estado para quitar folha

► Ontem, o Judiciário estadual completou o arresto dos R\$ 146,5 milhões necessários para o pagamento de serventuários e magistrados ativos do Tribunal de Justiça do Rio (TJ-RJ). Após reter valores que pertenciam a autarquias, como o Detran-RJ, a Justiça ordenou a retirada de recursos das contas do Rioprevidência. Foi por meio dessa ordem que todo o montante necessário foi alcançado. A previsão é que os salários estejam nas contas amanhã. Além do pagamento aos ativos, magistrados inativos do TJ-RJ foram beneficiados por uma ação da Associação dos Magistrados do Estado (Amaerj). Por meio dela, foram arrestados R\$ 16,5 milhões para a quitação dessa parte da folha. Os ex-magistrados também deverão receber amanhã. Já os serventuários aposentados e os pensionistas dependerão de novos arrestos. Eles aguardam seus proventos, sem previsão.

FOTOS DE MÁRCIO ALVES